

## CAPÍTULO XXX

### Os Limites do Subdesenvolvimento Industrializado

A época dos futurólogos felizmente já está passando. Poucos ainda continuam a querer desvendar como será o ano 2000 e daí para a frente. Não que não importe saber. Mas as projeções são muito aleatórias. Colocar no computador taxas de crescimento da população, do produto, da utilização de recursos naturais para prever o futuro é ao mesmo tempo um método tão óbvio e de riscos tão evidentes, que parece mais razoável limitar o emprego e o alcance de tais exercícios. O principal resultado destes trabalhos, desde a notável contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen (1971) e dos trabalhos do Clube de Roma (Meadows, 1973, e Mesarovic, 1975) já foi alcançado. Os recursos naturais no mundo não são ilimitados assim como a técnica não é todo-poderosa. Se quisermos, portanto, pensar nas futuras gerações e mesmo na presente, teremos que aprender a economizar recursos, a abandonar hábitos de consumo e a combater a poluição. Há formas mais racionais de viver do que o consumismo sem freios proposto por W. W. Rostow na “era do alto consumo de massa”. E se praticar os atuais padrões de consumo do centro é para os próprios países centrais um sinal de alienação, para os países subdesenvolvidos tentar reproduzir na periferia os padrões de consumo do centro é uma loucura assim como uma inviabilidade. O desenvolvimento, transformado em um processo modernizante, em que as elites dos países periféricos procuram alcançar (e de fato alcançam) os mesmos padrões de consumo dos países centrais, transformou-se em mais uma ideologia destinada a prometer aos trabalhadores periféricos, ou seja, à grande maioria

da população dos países subdesenvolvidos, excluídos apenas os tecnoburocratas e os capitalistas, alguma coisa que a tecnologia e os recursos naturais existentes ou previsíveis não poderão lhes oferecer. Engajam-se assim os países periféricos, inclusive o Brasil, em um modelo de subdesenvolvimento industrializado, no qual se industrializam, se sofisticam tecnologicamente, sofisticam ainda mais os seus padrões culturais e de consumo, mas limitam este processo modernizante a uma minoria dentro de suas respectivas sociedades.

Quais as perspectivas para esse modelo de subdesenvolvimento industrializado? Poderá continuar a ocorrer sem maiores tropeços ainda por algumas décadas? Está na iminência de um colapso? Existem alternativas viáveis?

### Os Limites Econômicos

Perguntar sobre perspectivas é tentar determinar os limites do modelo de subdesenvolvimento industrializado. Quais são esses limites? São de ordem econômica? São de ordem política?

A tentação de todos os economistas é procurar os limites na própria área econômica. Um limite típico, preferido pelos estagnacionistas de origem keynesiana, estaria no lado da demanda. A concentração de renda que acompanha esse padrão de crescimento seria tão grande que a própria classe tecnoburocrática passaria a ser prejudicada. Em consequência, sobreviriam a crise de realização e a tendência mesma à estagnação do sistema, a não ser que reformas profundas fossem nele introduzidas. Esta limitação, entretanto, não é muito convincente. Os tecnoburocratas têm poder suficiente para não apenas manter mas fazer crescer a longo prazo sua participação na renda. Por outro lado, esse poder é essencial para a manutenção do equilíbrio entre a oferta e a procura agregadas, mantidos marginalizados os trabalhadores. Apenas nos momentos do auge do ciclo capitalista os lucros começam a crescer mais rapidamente do que os ordenados — estes sempre muitos estáveis. Ocorre então uma crise de realização (como tivemos em 1974-1975). Não há razão, entretanto, para imaginar, dados inclusive o caráter estabilizador dos ordenados e a presença todo-poderosa de um governo econômica e politicamente forte, para que o equilíbrio não se restabeleça.

Análise semelhante pode ser feita em relação aos que vêm o limite do sistema no endividamento externo e no desequilíbrio do balanço de pagamentos. Este padrão perverso de crescimento, realmente, na medida em que representa um processo de internacionalização das economias pe-

riféricas e de reprodução por uma minoria dos padrões de consumo do centro, leva necessariamente a um desequilíbrio no balanço de pagamentos. Os bens de consumo produzidos internamente, na medida em que copiam os bens consumidos no centro, possuem um alto coeficiente de importação. Por outro lado, os bens exportados são bem tradicionais (produtos agrícolas, extrativos, ou então bens manufaturados trabalho-intensivos), que não se beneficiaram particularmente dos investimentos que Estado e multinacionais realizaram no setor moderno e internacionalizado da economia.

Nestes termos, existe uma tendência inerente ao deficit da balança comercial. A este deficit acrescenta-se um segundo, o deficit dos serviços, que tende a crescer exponencialmente, na medida em que o país se endivida internacionalmente e que é preciso pagar os juros e o principal, ou, na linguagem eufemística dos economistas, o serviço da dívida. O deficit dos serviços é mais grave do que o da balança comercial. Ambos tendem a elevar o endividamento externo do país a um nível que não se suspeitava fosse possível alcançar.

Não há razão, entretanto, para colocar no setor externo um limite intraspionível para a continuidade do modelo de subdesenvolvimento industrializado. O balanço de pagamento tende a estar permanentemente sob pressão, mas não há razão para imaginar sua ruptura iminente. O caso brasileiro é típico. Entre 1967 e 1971 alcançou taxas extremamente elevadas de crescimento, acima de 10% ao ano, graças à existência de capacidade ociosa; no período seguinte, entre 1972 e 1974, estas taxas foram mantidas não mais devido à capacidade ociosa, que já se esgotara, mas a um crescente processo de endividamento externo. Esse endividamento também chegou a um limite relativo em 1975, obrigando o Governo a aceitar uma taxa menor de crescimento da economia.

Isto não significa, porém, que se esgotou o atual modelo de subdesenvolvimento industrializado. Este define-se simplesmente pelo processo de modernização, ou seja, pela reprodução dos padrões de consumo do centro na periferia, em benefício de uma minoria. Ora, reduzir a taxa de crescimento para níveis mais condizentes com a capacidade interna de acumulação do país, ou seja, 7 a 8% ao ano, não implica em mudar qualquer modelo.

E a adaptação do modelo não se dá apenas através de uma redução para um nível mais realista da taxa de crescimento. Ela ocorre também através de adaptação na produção interna. O processo iniciado no Brasil em 1973 para substituir importações de bens de capital e insumos básicos é um excelente exemplo disto. Verificado o desequilíbrio externo, não

se optou apenas pela solução óbvia mas difícil e aleatória de aumentar exportações, mas também iniciou-se um amplo projeto de substituir importações.

Este processo de substituição de importações em nada conflita com o modelo concentrador de renda de que faz parte. Se em uma primeira fase foi dada ênfase à produção de bens de consumo de luxo, obrigando a uma concentração da renda da classe tecnoburocrática para cima, agora, economicamente é possível concentrar a renda apenas na classe capitalista. Possível "economicamente" na medida em que, com a oferta aumentando ao nível de insumos básicos e bens de capital, é possível manter equilibradas oferta e demanda agregadas sem que ocorra sequer a redistribuição intermediária para a classe tecnoburocrática. Ao invés disto, teremos mais um aumento na taxa de acumulação de capital, que agora não se deverá principalmente à participação crescente do Estado na economia, à constituição de fundos de poupança forçada ou à transferência de poupanças externas, como aconteceu no Brasil entre 1967 e 1974, mas a um aumento efetivo da poupança privada.

Por outro lado, as formas de solidariedade entre o capitalismo central e o subdesenvolvimento industrializado crescem de maneira espantosa, em função de dois fatores:

- a) a presença das multinacionais manufatureiras nos países periféricos;
- b) aos interesses do sistema financeiro internacional no país caracterizado pelo subdesenvolvimento industrializado e internacionalizado.

Ambos os fatores estão obviamente relacionados, mas devem ser claramente distintos. A presença das multinacionais manufatureiras em uma série de países periféricos, visando não apenas a conquistar os mercados internos desses países mas também desenvolver uma logística de produção ao nível internacional, com melhor aproveitamento dos recursos locais e principalmente da mão-de-obra barata, tem um sentido muito diferente dos financiamentos obtidos pelos países periféricos nos grandes bancos europeus e norte-americanos. As multinacionais manufatureiras, à medida que se instalam no país subdesenvolvido, passam a depender do crescimento do mercado interno do setor moderno da economia. Por outro lado, situam-se as empresas multinacionais mais as grandes empresas estatais entre as principais devedoras do sistema financeiro internacional.

Não é difícil, então, imaginar que se forme um amplo sistema de solidariedade entre as multinacionais manufatureiras, o sistema financeiro

internacional e o Estado local. Esta solidariedade implica em clara ampliação dos limites de endividamento. Em contrapartida, implica em um aumento da dependência econômica do país periférico. Acrescente-se a isto o fato conjuntural de que a quadruplicação dos preços do petróleo, a partir de 1973, levou as economias não produtivas de petróleo a um desequilíbrio estrutural em seus balanços de pagamentos. E não é difícil concluir que diante desse desequilíbrio estrutural, o sistema financeiro internacional terá que ampliar seus limites de crédito. Esta ampliação não será feita indiscriminadamente. Aqueles países periféricos que possuírem maior número de multinacionais e forem mais confiáveis politicamente terão seus limites ampliados.

### **Absorção da Mão-de-obra**

Nada nos leva a crer, portanto, que o limite do modelo esteja no processo de concentração de renda e de estreitamento relativo do mercado, nem no estrangulamento externo causado pelo desequilíbrio do balanço de pagamentos.

Um apologista deste padrão de crescimento concluiria então, apressado, que o limite deste modelo está na absorção a longo prazo da mão-de-obra abundante pelo setor moderno, na integração da economia e, em seguida, num crescimento equilibrado de salários, ordenados e juros em uma economia em que já não haveria mais dualismo entre um setor capitalista tradicional e um setor capitalista moderno, tecnoburocrático e internacionalizado.

Não temos bola de cristal para julgar a viabilidade dessa alternativa que, além de otimista, tanto poderia ser chamada de ingênua quanto de safada, na medida em que pretende perpetuar os privilégios presentes em nome de um longo prazo indefinido.

A absorção da mão-de-obra do setor tradicional pelo moderno ou a transformação do setor tradicional em moderno, nos quadros de um sistema capitalista, dependem da taxa de acumulação do sistema econômico, do tipo de tecnologia empregada e do total de mão-de-obra marginalizada subempregada ou desempregada. Em uma economia socialista, como a chinesa, a taxa de acumulação é indiferente. A absorção da mão-de-obra é imediata, já que não prevalecem critérios de rentabilidade ou de produtividade marginal para determinar o nível do emprego.

Em um padrão de crescimento capitalista, entretanto, como o que estamos examinando, imaginar que a simples acumulação de capital, dada a tecnologia altamente capital-intensiva que a acompanha, venha resolver o problema da oferta ilimitada de mão-de-obra é pelo menos ingênuo.

Ainda que as formas modernas de acumulação tenham uma capacidade de absorção de mão-de-obra direta e indireta geralmente subestimada, subestimam-se também duas outras variáveis: a dimensão da mão-de-obra excedente e a capacidade de expulsão da mão-de-obra empregada nos setores tradicionais.

Os economistas interessados em exercícios econométricos poderiam fazer cálculos sobre o tempo necessário para que a mão-de-obra excedente fosse absorvida. Poderiam adotar, a grosso modo, o seguinte procedimento. Em primeiro lugar seria necessário tentar medir o número de desempregados e subempregados. A estes seriam somados os novos trabalhadores que se oferecem anualmente ao mercado de trabalho. Para termos a oferta total de trabalhadores, entretanto, teríamos ainda que acrescentar os trabalhadores expulsos de atividades tradicionais pelos novos investimentos. Toda esta oferta deveria ser jogada contra a procura, que poderia ser determinada pela relação capital-trabalho média da economia e pela taxa de acumulação de capital.

Exercícios desta natureza são importantes. Seus resultados, entretanto, podem ser muito variados. Dependendo da relação capital-trabalho que utilizarmos e da taxa de acumulação de capital, do lado da procura, e da taxa de crescimento da força de trabalho e da taxa de expulsão do setor tradicional, do lado da oferta, poderemos chegar à conclusão de que o setor moderno é auto-suficiente, não tendendo a longo prazo a absorver mão-de-obra subempregada ou desempregada do setor tradicional. Poderemos também achar que haverá possivelmente uma absorção, mas que esta será muito lenta, ultrapassando o limite de vida de cada um. Finalmente, os otimistas poderão tentar alcançar taxas mais rápidas de absorção.

Não é difícil adiantar, entretanto, que taxas de absorção da mão-de-obra excedente mais rápidas do que a perspectiva média de vida dos atuais trabalhadores, se não são impossíveis, são pouco prováveis.

Uma vez que tivéssemos alcançado este limite, porém, é importante lembrar que estaríamos simplesmente acabando com a situação de oferta ilimitada de mão-de-obra, que caracteriza o subdesenvolvimento industrializado. A partir daí, e desde que os trabalhadores lograssem organizar-se sindicalmente, teríamos o fim do processo concentrador de renda.

Restaria, porém, ainda e sempre, o problema de como conseguir, dentro de um prazo razoável, alcançar padrões de vida minimamente aceitáveis, para não dizer uma situação de igualdade entre todos. Porque no momento em que a mão-de-obra excedente desaparecer, haverá ainda todo um caminho a percorrer para elevar o padrão de vida dos trabalha-

dores. Imaginar que isto seja possível sem graves conflitos, sem a redução do padrão de vida da minoria, que imita o padrão de consumo dos países centrais, é ser irrealista. Dada a escassez de recursos, não bastará desconcentrar a renda, fazendo com que os trabalhadores vejam suas rendas crescerem a taxas maiores que a dos tecnoburocratas e capitalistas. Será preciso mesmo que a renda disponível para consumo de tecnoburocratas e capitalistas decresça através de medidas administrativas.

Em conclusão, mesmo que adotemos a alternativa otimista de que este modelo tenderá a esgotar-se quando a mão-de-obra excedente também se esgotar, quando desaparecerem as condições de oferta ilimitada de mão-de-obra, mesmo adotando essa alternativa ainda será preciso imaginar uma vigorosa política redistributiva, para que o modelo de subdesenvolvimento industrializado ou sua herança em termos de injustiça e desigualdade não permaneçam vigentes por um prazo muito maior do que aquele no qual todos estaremos mortos.

### **O Limite Político**

Na verdade, o limite do padrão de subdesenvolvimento industrializado não é econômico. Não é o estreitamento relativo do mercado que o levará a crises insuperáveis de realização, nem é o estrangulamento externo que o levará ao colapso. Por outro lado, não é o seu êxito em absorver a mão-de-obra excedente em um futuro longínquo e incerto que porá fim a esse padrão de subdesenvolvimento.

O único limite real para este padrão de crescimento concentrador da renda e excludente é o político. Um modelo desta natureza só poderá ser bem sucedido na medida em que as classes dominantes tenham alcançado um alto grau de legitimidade política, ao mesmo tempo que as classes trabalhadoras estejam inteiramente desorganizadas. Caso contrário, as classes capitalista e tecnoburocrática serão obrigadas a fazer constantes e crescentes concessões às classes trabalhadoras, até ao ponto em que o padrão de acumulação perca suas características concentradoras e excludentes. O problema, portanto, resume-se em uma relação de forças políticas. De um lado temos as classes capitalista e tecnoburocrática, associadas na apropriação do excedente econômico e no controle político da sociedade. De outro temos os trabalhadores, desorganizados, sem poder político, recebendo apenas o custo da reprodução da mão-de-obra.

Nos países capitalistas centrais há pelo menos um século de padrão de acumulação concentrador de renda e excludente deixou de ser politicamente viável. Nos países periféricos, entretanto, estamos longe de ter

alcançado esse limite. Além de haver abundância de mão-de-obra, os sindicatos são firmemente controlados pelo Estado.

No México a legitimidade das classes dominantes se constituiu a partir de uma grande revolução popular. Este fato, mais um extenso programa de reforma agrária e um complexo sistema de controle sindical pelo Estado garantiram a legitimidade do poder do Partido Revolucionário Institucional. Nos últimos anos, porém, e principalmente depois do grande massacre universitário de 1968, a legitimidade do sistema vem sendo abalada.

Na Argentina a situação é mais grave. Não há oferta ilimitada de mão-de-obra. A legitimidade do Governo é muito pequena. Repousa em um golpe militar que procurou restabelecer a ordem em um país que estava sendo levado ao caos pela tentativa de restauração populista, sem que para isso houvesse nem condições materiais (já não era mais possível transferir renda da oligarquia exportadora para os setores urbanos que formavam o pacto peronista nos anos quarenta e cinquenta) nem condições de liderança pessoal, em face à morte de Perón. A legitimidade política do Estado argentino repousa apenas em um fator negativo, a ameaça de caos econômico e político. Trata-se obviamente de uma legitimidade muito instável.

### **O Caso do Brasil**

No Brasil, a legitimidade da Revolução de 1964, que em certo momento logrou ser sólida, entrou em colapso a partir dos problemas econômicos e em seguida à derrota eleitoral do partido do Governo, em 1974. O Estado Tecnoburocrático-capitalista que se constituiu em 1964, através de um golpe militar, destrói o pacto populista, liquida as tentativas então hesitantes e malformuladas de se caminhar em direção a um sistema socialista democrático, restabelece a autoridade estatal ameaçada, reassegura o poder da pequena, da média e da grande burguesias, além do poder dos próprios tecnoburocratas estatais e privados. Nascida de um golpe, transforma-se em uma revolução, à medida que modifica significativamente o sistema de poder do país, excluindo os trabalhadores, reunificando a burguesia e admitindo um novo parceiro à aliança de classes dominantes, a tecnoburocracia. Com isso, nas palavras de Fernando Pedreira, “de 1964 para cá... o Estado brasileiro passou às mãos de seus próprios funcionários. Foi entregue ao domínio de uma burocracia criada e alimentada por ele mesmo, os militares e seus assessores tecnocratas... No fim deste caminho a Nação identifica-se com o Estado, num país de funcionários” (1975, pp. 182-183 — o artigo é de 9.4.1970).

Esta revolução ganhou razoável grau de legitimidade em um primeiro momento porque a burguesia e a tecnoburocracia sentiam-se realmente ameaçadas pela subversão, ainda que muito dessa ameaça fosse fruto da inabilidade dos setores radicais de esquerda e da propaganda realizada pela direita. Havia uma outra base inicial para a revolução que era a tese moralista de combate à corrupção. Em uma segunda fase, a Revolução de 1964 ganha uma nova fundamental fonte de legitimidade. São os êxitos econômicos extraordinários que marcam o "milagre" brasileiro de 1967-1973. Neste clima, ainda que a grande maioria dos trabalhadores fosse mantida marginalizada dos benefícios do desenvolvimento, a unidade e o prestígio das classes dominantes foram suficientes para garantir esta situação. Este fato mais o autoritarismo reinante ajudam a explicar a vitória eleitoral do Partido do Governo, a ARENA, em 1970.

A rigor, porém, podemos afirmar que a Revolução de 1964 terminou em 1974. Os militares e seus associados, os tecnoburocratas civis e a classe capitalista continuam no poder mas perderam grande parte de sua legitimidade. Por outro lado, a fase de altas taxas de crescimento terminou. Desta forma, a divisão do excedente, que em um regime tecnoburocrático-capitalista como o brasileiro, é realizada muito mais administrativamente, via Estado, do que através dos mecanismos de mercado, torna-se muito mais difícil. Enquanto o excedente está crescendo rapidamente, é fácil dividi-lo administrativamente entre os membros das classes dominantes. Os eventuais desequilíbrios serão relevados. O mesmo não acontece quando o excedente decresce, ainda que relativamente. Nesse momento a classe dominante se divide. Capitalistas criticam os ordenados e mordomias dos tecnoburocratas. Estes pensam em limitar os lucros dos capitalistas. Entre os capitalistas, os financeiros procuram elevar sua taxa de juros contra os interesses dos industriais e comerciantes. Os exportadores querem a desvalorização cambial, contra a qual se levantam o sistema financeiro e as empresas endividadas no exterior.

Uma solução clássica para os conflitos ao nível das classes dominantes é desapertar para baixo. Fazer com que os trabalhadores paguem uma vez mais o preço da desaceleração econômica e da crise política. Mas quando estes trabalhadores já têm muito pouco com que pagar, depois de um longo e persistente processo de redução de seus salários reais (excluídos do salário médio real os ordenados, naturalmente), esta solução também não é fácil.

O limite do modelo de subdesenvolvimento industrializado, portanto, é eminentemente político. Isto não significa que estejamos prevendo uma revolução popular para terminar com o atual regime brasileiro. Há

poucas probabilidades de um movimento nesse sentido. Mais provável é a continuidade de um processo de abertura política, nos quadros da formação social capitalista tecnoburocrática.

Em outras palavras, o regime autoritário instaurado em 1964 deve ir dando lugar a um regime mais liberal, por três motivos.

Em primeiro lugar, porque a tecnoburocracia estatal já não tem condições nem legitimidade para dividir o excedente administrativamente a seu bel-prazer. Por isso será pressionada a permitir que essa divisão seja realizada sob outra forma: de um lado, mais através do mercado, cujos mecanismos são mais cegos e automáticos; de outro, quando ainda e sempre couber ao Estado dividir o excedente, por um Estado legitimado eleitoralmente.

Em segundo lugar, porque a burguesia não se sente ameaçada pelo processo eleitoral. O partido do Governo, a ARENA, representa ainda e primordialmente os interesses da burguesia, mas o MDB, na qualidade de partido da oposição, provoca cada vez menos receio, de forma que setores consideráveis da burguesia votaram em seus candidatos em 1974 e em 1976. O MDB é um partido reformista que não se identifica sequer com a social-democracia. Não há, portanto, ameaça por esse lado. Do lado dos grupos radicais de esquerda, dizimados e desorganizados por um aparelho repressivo competente, ainda que utilizando métodos que ferem os direitos humanos mais elementares, também a burguesia e a tecnoburocracia não têm muito a temer.

Em terceiro lugar, porque os trabalhadores, depois da longa crítica por que passou o regime, seja pelo seu aspecto concentrador de renda, seja por seu aspecto autoritário, começam a manifestar claramente seu desejo de participar do processo político e de ver modificados os padrões de concentração de renda e acumulação vigentes no país.

## **A Alternativa Liberalizante e o Fim do Modelo**

A abertura política seria, portanto, o resultado da relativa divisão política ao nível da classe dominante, da falta de critérios "racional" ou comumente aceitáveis para dividir o excedente econômico entre as classes e frações de classe dominantes e da pressão das bases populares. Estas começam a manifestar insatisfação mas são suficientemente limitadas, para não constituir uma efetiva ameaça ao sistema. E, por outro lado, é preciso não alimentar ilusões; sempre e quando se consubstancie uma ameaça à ordem estabelecida, a burguesia e seus aliados tecnoburocratas

tenderão imediatamente a fechar fileiras novamente em torno de um regime ainda mais autoritário.

Na medida em que isto não ocorra, entretanto, admitamos, para efeito de raciocínio, que a alternativa liberalizante ao nível político seja vitoriosa. Estarão, então, criadas as condições políticas necessárias para que se defina e ganhe forças uma estratégia econômica alternativa capaz de interromper o processo concentrador. Observe-se que interromper o processo de concentração não significa introduzir mecanismos de efetiva redistribuição da renda. Esta seria outra etapa, da qual nos furtamos tratar, porque é utópica, dado o equilíbrio de poderes hoje existente. Algumas medidas poderão ter certo caráter distributivo de renda, mas seu alcance será sempre limitado.

A ênfase do modelo de subdesenvolvimento industrializado foi, a partir da segunda guerra mundial, colocada na produção de bens de consumo de luxo. Uma segunda fase, ora em curso, implicou em mudar a ênfase para a produção de insumos básicos e bens de capital.

Uma nova política econômica, ainda dentro dos quadros do capitalismo, que levaria o modelo de subdesenvolvimento industrializado ao esgotamento, na medida em que ele deixasse de ser concentrador de renda, basear-se-ia nos seguintes pontos:

1. Ao departamento produtor de bens e serviços de luxo deveria ser dada a menor prioridade possível. Os bens e serviços de luxo consumidos internamente deveriam ser taxados forte e progressivamente. Este setor deveria ser estimulado a exportar ou então a transferir seus excedentes para os setores produtores de bens de capital, insumos básicos e bens simples de consumo dos trabalhadores.

2. A ênfase no setor produtor de bens de capital e insumos básicos deveria ser mantida.

3. Um redobrado esforço deveria ser realizado para o aumento da produção do setor de bens simples de consumo ou bens de salário.

4. Para que houvesse demanda para os bens de salário, deveria haver um aumento da carga tributária, com aumento do imposto de renda das empresas e principalmente das pessoas físicas (lucros distribuídos e ordenados), aumento dos impostos sobre bens e serviços de luxo, criação de imposto sobre lucros imobiliários e ganhos de capital, criação de imposto sobre herança.

5. Os recursos auferidos pelo Estado deveriam ser dedicados a grandes obras públicas, principalmente no campo da educação e saúde. Estas obras não só são trabalho-intensivas, empregando muita mão-de-obra no

período de construção, como também exigem muita gente para operar as escolas, hospitais, centros de saúde. Os beneficiários dos serviços seriam principalmente os trabalhadores. Com isso, não teríamos o distributivismo fácil de tirar dos ricos e dar para os pobres, diretamente, via salários, mas um redistributivismo via investimentos trabalho-intensivos, que aumentariam o emprego, estimulariam os salários para cima e criariam mais e melhores instituições de consumo social.

6. A política salarial deveria não apenas reconstituir o salário no último reajuste (e não o salário médio mais uma previsão da inflação do ano seguinte, conforme a fórmula salarial brasileira, a qual permite a manipulação dos salários reais para baixo). Ao reajuste salarial aos níveis do último reajuste deveria ser acrescido o aumento médio de produtividade havido e mais um terceiro fator que correspondesse à política de redistribuição progressiva da renda.

7. Dentro da mesma linha de raciocínio e visando a maximizar o emprego, os encargos sociais deveriam deixar de recair diretamente sobre a folha de pagamento e deveriam passar a ser financiados pelo imposto de renda sobre as pessoas físicas. Com isto seria inclusive possível aumentar os salários dos trabalhadores, sem reduzir o lucro das empresas. Pagariam por esse aumento os capitalistas que recebem dividendos e os tecnoburocratas que recebem altos ordenados.

8. Dado o caráter oligopolístico das empresas, os controles administrativos de preço e o combate aos acordos de preço entre as empresas deveriam ser fortemente estimulados. Em outras palavras, em uma economia de oligopólios, ou se procura impedir que os oligopólios se transformem em cartéis ao mesmo tempo em que se procura controlar diretamente seu preços, ou qualquer tentativa redistributivista será paralisada pelas práticas monopolistas dessas empresas.

9. Deveria também ser iniciado um amplo processo de controle das multinacionais, visando a impedir sua entrada onde já temos capital ou tecnologia suficientes. Por outro lado, seria necessário iniciar processo a longo prazo de nacionalização progressiva e obrigatória das empresas aqui instaladas. Desde que se assegurem rentabilidade adequada aos investimentos e boas condições de segurança política, as empresas multinacionais aceitarão com relativa facilidade esse tipo de política.

10. Finalmente, o Estado, que deveria permanecer no papel de planejar e controlar a economia, além de responsabilizar-se por alguns de seus setores produtivos ou estrategicamente mais importantes ou monopolistas por natureza, deveria estabelecer metas de crescimento mais moderadas. No atual estado das artes parece difícil compatibilizar taxas de

**crescimento de mais de 10% com um sistema democrático e desconcentrador de renda. Com a aceleração do progresso técnico e com o aumento da capacidade de planejamento da economia, as taxas históricas de crescimento da economia capitalista mais do que dobraram de um século para outro. Entretanto, pretender alcançar taxas de aumento do PNB exageradas só parece possível através de graves distorções na economia impostas através de um regime autoritário.**

### **Conclusão Otimista mas não Ingênua**

Estas são algumas medidas de política econômica que seriam necessárias para pôr fim ao modelo de subdesenvolvimento industrializado, concentrador de renda, excludente, reprodutor de padrões de consumo do centro para uma minoria capitalista e tecnoburocrática no centro. Não são medidas de um programa socialista, sequer social-democrata. Um programa socialista democrático pelo qual optamos deveria ser mais radical.

É importante assinalar que medidas dessa natureza não são medidas politicamente inviáveis. Pelo contrário, examinando o caso do Brasil, vimos que existem certas precondições de ordem política que lhes dão certa viabilidade. Em outros países periféricos, marcados pelo subdesenvolvimento industrializado, casos semelhantes poderão estar ocorrendo.

As duas classes dominantes, a velha burguesia e a nova tecnoburocracia, alcançaram um grande poder de controle econômico e social através da manipulação de um Estado Tecnoburocrático-capitalista, particularmente poderoso. Este Estado tende a ser um instrumento de opressão, mas pode ser transformado em um instrumento de reforma social, à medida que passe por um amplo processo de liberalização e amplie grandemente o espectro dos grupos, classes e frações de classe que participam do poder. Por outro lado, a crítica social, econômica e política que hoje se desenvolve, partindo dos trabalhadores, dos intelectuais, dos estudantes, dos religiosos e dos artistas, é cada vez maior e melhor verbalizada no mundo contemporâneo. A pressão por maior liberdade, por maior justiça, por maior igualdade, ainda que em certo momento tenha sido subordinada à luta por maiores níveis de eficiência e produção, nos termos da ideologia tecnoburocrática, é hoje mais forte e mais consciente do que nunca em todo mundo. E não se limita aos trabalhadores. Infiltra-se entre os elementos da burguesia e da tecnoburocracia. Por outro lado, a ideologia desenvolvimentista e consumirista já foi amplamente denunciada, tanto quanto foi denunciada a ideologia autoritária tanto da direita

fascista quanto da esquerda radical que ainda defende uma ditadura do proletariado, que na verdade se transforma em um totalitarismo a longo prazo.

Os valores liberais de liberdade, democracia e respeito aos direitos humanos, ainda que possam ter sido utilizados formalmente como bandeira por uma burguesia em ascensão, são hoje conquistas da humanidade. Da mesma forma, as idéias de igualdade (e não simplesmente de igualdade de oportunidade, como pretende uma ideologia capitalista tecnoburocrática) e de eliminação progressiva das diferenças de classe e de raça, ainda que tenham feito menos progresso em direção ao consenso, são também idéias-força do século XX. Por outro lado, as crenças em uma sociedade de consumo de massa e no desenvolvimento econômico sem limites perdem vigor, cedem lugar aos ideais de liberdade, igualdade e justiça. E ao mesmo tempo ganha prioridade crescente na escala de valores sociais a defesa da natureza e de uma vida mais simples, bela e humana, que é preciso defender contra a poluição generalizada do desenvolvimento industrial a todo custo.

Isto não significa a previsão de um futuro de conto de fadas. Como também não nos parece razoável uma perspectiva orwelliana. A ameaça capitalista declinante e a ameaça tecnoburocrática crescente continuam presentes. Qualquer caminho para fora do subdesenvolvimento industrializado tecnoburocrático-capitalista não será percorrido sem lutas ou conflitos. A luta de classes ao lado do desenvolvimento das forças produtivas continuam a ser os dois motores da História. A novidade está em que essa luta se realiza com muito mais consciência. Além disso, frações de classe surgem dentro da classe dominante com uma visão cada vez mais crítica do sistema. Esta maior consciência e esta crítica interna dentro das próprias classes possivelmente permitirão que o conflito se desenrole em um nível maior de racionalidade do que no passado. Isto será possível inclusive porque o *racionalismo* vai deixando de ser confundido com mero economismo e mero eficientismo, para recuperar seu caráter dialético de domínio e ao mesmo tempo submissão da razão sobre as condicionantes materiais da existência, de afirmação dos valores maiores da humanidade, e da definição dos meios mais adequados para alcançá-los.

Não pretendemos, com isso, estar expressando uma visão ingênua ou irrealista. Creio que existem na realidade econômica, política e social do último quartel do século XX, tanto nos países do subdesenvolvimento industrializado quanto nos países centrais do capitalismo monopolístico, e mesmo nos países comunistas subjugados por uma tecnoburocracia estatal, elementos que permitem esta visão mais otimista. Não há nenhum

paraíso à vista. O socialismo é ainda um objetivo a alcançar. Muitos conflitos, muitas marchas e contramarchas serão necessários. Mas há perspectivas de progresso. O caminho dos países do subdesenvolvimento industrializado no sentido da democracia e do socialismo não será percorrido sem dificuldades. Em certos casos serão necessárias revoluções. Em outros, as reformas paulatinas alcançarão o mesmo resultado, provavelmente com mais solidez. Não se deve imaginar, entretanto, que o Estado Tecnoburocrático-capitalista autoritário e o subdesenvolvimento industrializado entrarão necessariamente em crise, dando lugar ao socialismo democrático. As crises não são intransponíveis e uma alternativa para a crise são sempre um maior endurecimento e uma maior tecnoburocratização do sistema, ao mesmo tempo em que se mantêm ainda por muito tempo as bases de um sistema capitalista dependente. Por isso, repetimos, há esperanças de progressos, mas desde que haja uma crescente tomada de consciência por um número cada vez maior de pessoas das transformações que é preciso realizar, no sentido de uma sociedade mais justa e mais livre, em que as discriminações de classe, raça e religião sejam paulatinamente eliminadas.